

Avaliando as perspectivas da Economia Política¹

Ben Fineⁱ

Resumo

O autor do artigo admite que as perspectivas da “economia política” são bem incertas. Na primeira seção, depois da introdução, ele discute como a economia política foi separada da teoria econômica, de tal modo e em tal extensão que não há mais quaisquer perspectivas de que possa prosperar dentro dela ou mesmo mantendo relação com ela. Isto é ilustrado, em um dos apêndices, fazendo referência ao surgimento da neuroeconomia. As seções subseqüentes sugerem que o renascimento da economia política é dependente do renascimento das forças progressistas, com a conseqüente pressão por políticas econômicas alternativas e, em última análise, pela transformação das relações sociais.

Palavras chaves: economia política; teoria econômica; marxismo; neuroeconomia; imperialismo da teoria econômica.

Classificação JEL: A 12; A 14.

Introdução

Suspeito que as perspectivas da “economia política” – seja o que esta seja é questão que deve ficar deliberadamente vaga aqui – são tão incertas quanto às perspectivas – e às conseqüências – da mudança climática. Tem-se alguma idéia do que aconteceu e por que; tem-se alguma idéia do que precisa ser feito para trazê-la de volta; tem-se até alguma idéia sobre como e com quais precondições em termos de mudanças no balanço de poder poderia ocorrer a sua volta e o que a faria ocorrer. Além disso, tem-se pura especulação e, possivelmente, *wishful thinking*. Isto é basicamente verdadeiro em relação ao socialismo, tão

ⁱ Professor da *Escola de Estudos Orientais e Africanos da Universidade de Londres (SOAS – School of Oriental and African Studies, University of London)*.

necessário quanto – mesmo que ele, aparentemente, não seja tão incerto assim – completamente fora da agenda, apesar das falhas dramáticas reveladas pela crise corrente. Costuma-se dizer do socialismo que sempre esteve muito bem na teoria, mas que não funcionou na prática. Seguramente, o mesmo pode ser dito da hipótese de mercado eficiente.² O suporte do Estado no resgate das finanças excedeu em muito os recursos necessários para eliminar a pobreza do mundo nos próximos cinquenta anos, para nem falar em toda a renda derivada das privatizações (Fine e Hall, 2011). Ademais, os déficits incorridos para resgatar o sistema bancário, assim como seus efeitos, assim como a busca continuada de prosperidade como primeira prioridade, lançaram o mundo em níveis sempre mais fundos de recessão e pobreza.

O absurdo é fácil de ver, mas como ele vem a ser visto trata-se de outra questão. Para Stiglitz, segundo muitas de suas publicações, há imperfeições de mercado e é possível fazê-lo funcionar de modo melhor. Conforme poderiam afirmar Krugman, Eichengreen, Buitier, Solow e muitos outros, e mesmo recentemente Richard Posner³, há um vazio entre a teoria econômica do *mainstream* e o mundo real e este precisa ser preenchido por meio de melhor aplicação dos *mesmos* princípios. Sob essa luz, começo apresentando três observações. Primeira: qualquer que seja a sua proeminência, a influência dos dissidentes do *mainstream* na política econômica tem sido bem pequena. Stiglitz, o mais enérgico, não tem tido eficácia. Por isso, o seu modo de preencher o vazio entre a teoria e a realidade tem sido redesenhado para tomar como decisivo o poder (financeiro) dos interesses e das ideologias (ver abaixo). Concordo, mas isto levanta uma questão num nível mais profundo de análise: por que o seu trabalho, ao invés de começar aí, termina nesse ponto – negando-se a continuar a ser baseado em princípios dedutivos derivados de indivíduos imperfeitamente informados e coordenados. Segunda: tais economistas dissidentes precisarão mostrar que serão capazes de exercer uma influência diretiva adequada se e quando sobrevier um momento que permita um preenchimento mais progressista daquele vazio; ou seja, um preenchimento que se mova para além das finanças e vá ao sistema econômico “real” de produção, distribuição e consumo de bens e serviços, influenciando de modo contingente o balanço e tensão de forças, movimentos e organizações.

Terceira: isto sugere que a tarefa principal da economia política hoje é manter vivas as tradições alternativas ao *mainstream*, para o seu próprio bem, mas também por antecipação a uma compreensão mais profunda, a qual será necessária quando o excesso da finança no mundo vier a ser reconhecido na prática, na luta e na política, como um problema do capitalismo – e não apenas da própria finança.

Isto vem a ser imaginar um mundo futuro em que a Escola de Chicago, apesar de ter sofrido boas derrotas, continua a montar defesas espirituosas do tipo: as bolhas não existem; quê crise?⁴ Perversamente, as suas perspectivas são ainda mais róseas do que aquelas da economia política, a menos que ocorram mudanças dramáticas nas tendências correntes e nos determinantes subjacentes. Isto é especialmente assim com referência às relações entre a teoria econômica e a economia política. Porém, tal como se discute na seção 3, as perspectivas da economia política são consideravelmente mais brilhantes, ainda que igualmente incertas entre as outras ciências sociais que não a Economia, pois essas últimas já começaram a rejeitar simultaneamente os extremos do neoliberalismo e o pós-modernismo, e passaram a tentar enfrentar a natureza do capitalismo contemporâneo (Ver Fine e Milonakis, 2009, para uma discussão mais completa). Na próxima seção, inicio discutindo como a economia política foi separada da teoria econômica, de tal modo e em tal extensão que não há mais quaisquer perspectivas para que possa prosperar dentro dela ou mesmo mantendo relação com ela. Isto é ilustrado no Apêndice 1 fazendo referência ao surgimento da neuroeconomia. As seções subseqüentes sugerem que o renascimento da economia política é dependente do renascimento das ações das forças progressistas pressionando com sucesso por políticas econômicas alternativas e, em última análise, pela transformação das relações sociais.

Da ciência lúgubre à ciência paradoxal

Um ponto de partida conveniente para avaliar as perspectivas da economia política vem a ser situá-la em relação à economia *mainstream* por duas distintas razões.⁵ A primeira manda examinar o escopo e o

espaço da economia política dentro da disciplina, como se ela tivesse aí um lugar interior; a segunda é situar a economia política em relação ao *mainstream*, examinando o seu lugar exterior. Advêm questões sobre quanto esses dois elementos se sobrepõem e sobre quanto eles diferem um do outro, pois se há uma coisa ao menos que os economistas políticos compartilham em comum, esta vem a ser a antítese à economia *mainstream*, ao menos em certo grau. Porém, como argumentou fortemente Fred Lee (2010), a economia política (heterodoxa) tem as suas próprias tradições construtivas, as quais oferecem abordagens e análises que podem prevalecer independentemente do *mainstream*. Na verdade, é possível adicionar, estas vieram antes dele, seja por meio da economia política marxista seja, em menor grau, por meio da economia neo-austriaca.

Agora, não é difícil detalhar o lugar da economia política dentro do *mainstream*, pois, de modo mais ou menos seguro, pode-se presumir que ele seja bem diminuto. O que se afigura mais trabalhoso – e de certo modo mais controverso – vem a ser saber como e por que é assim, um tema de alguma importância no entendimento das relações continuadas entre o *mainstream* e a economia política. Abordo esse tema aqui realçando alguns paradoxos que cercam o *mainstream*.⁶ Primeiro, é preciso observar que se ele se encontra extraordinariamente seguro em termos institucionais, pois possui uma espécie de monopólio, de modo igual, vem a ser, no plano intelectual, extraordinariamente fraco e frágil. E isto é uma consequência de sua necessidade de excluir a história do pensamento econômico, a avaliação metodológica crítica, o debate com correntes alternativas (tais como a economia política) e o realismo (interpretado por muitos como pelo menos um mínimo de contato saudável com a evidência empírica relevante, de certa importância e escopo). Se alguma dessas questões fosse levada a sério, o *mainstream* não poderia sobreviver em sua forma atual. Seguramente, não é acidental que nos últimos cinquenta anos tenha se presenciado uma exclusão, gradual e mesmo cada vez mais acelerada, desse tipo de consideração, a qual ocorreu mesmo à medida que foi obtendo o seu monopólio intelectual. Obviamente, há exceções em relação a essas afirmações aqui postas, tal como, por exemplo, o debate sobre economia como retórica. Porém, tais exceções provam a regra hegemônica, pois

não foram capazes de começar a desafiá-la. Na verdade, o debate sobre a veracidade intelectual do *mainstream* em seus próprios limites, ou seja, em torno de suas origens, métodos, alternativas e competência realista, é tão limitado que ainda não chegou a ter um papel de tolerância repressiva. Vem a ser simplesmente repressão.

Um segundo paradoxo, em certo grau corolário do primeiro, vem do fato de que a pretensão de rigor e cientificidade do *mainstream*, mesmo quando se adota os seus próprios critérios, consiste simplesmente de algo bem falho. E isto pode ser visto de vários modos. O mais simples consiste em perguntar em que medida as deduções axiomáticas (modelos matemáticos), nas quais o *mainstream* tanto confia, de fato produzem resultados bem definidos, por exemplo, em termos de existência de um equilíbrio competitivo único, estável e eficiente no sentido de Pareto. Para tanto, assume-se que certas condições extraordinariamente exigentes – e mesmo esotéricas – simplesmente aí se verificam. O mesmo pode ser dito das conseqüências da teoria do *second best*; ou da noção altamente popular entre os economistas do *mainstream* de que o comércio livre é uma boa coisa e que a proteção efetiva deveria ser reduzida (resultados obtidos em modelos em que existem apenas dois bens na economia, os insumos não são comercializáveis, não há firmas multinacionais, o risco suportado por setores de diferentes intensidades de capital é o mesmo, inexitem economias de escala e escopo, etc.) (Deraniyagala e Fine, 2001).

E tem sido sempre necessário lembrar às novas gerações de economistas sobre as implicações devastadoras da crítica de Cambridge (a qual a maior parte dos estudantes ingressantes na pós-graduação nunca ouviu falar; eis que eles nada sabem também sobre a revolução marginalista, sobre a economia política clássica e sobre um pouco de metodologia). Apesar das devastadoras implicações de tal crítica para a função de produção de um setor, para a mensuração da produtividade total dos fatores, tudo isto continua a ser item padronizado no interior da caixa de ferramentas dos economistas do *mainstream*.⁷ Na prática, faz-se econometria de um modo muito descuidado, muitas vezes mesmo segundo os seus próprios termos, menosprezando incisivamente questões sobre as relações entre teoria e evidência, sobre explicação e causalidade. Num nível mais profundo, o uso da matemática para

formular modelos baseados no individualismo metodológico impede, de forma arbitrária e de modo insustentável, o tratamento adequado das variáveis sociais – ou seja, daquelas que, por exemplo, envolvem a liquidez, o Estado e as instituições (Fine, 2011). Como pode a economia novo-clássica, por exemplo, concluir que o Estado é ineficaz, quando ela tem apenas uma teoria do Estado, na melhor das hipóteses, ilegítima – teoria essa que foi derivada estreitamente do comportamento otimizador dos indivíduos?

Um terceiro paradoxo ligado ao *mainstream* é que, apesar de sua contínua e inquestionável dependência de um material nuclear em relação a centralidade da eficiência, do equilíbrio e dos indivíduos otimizadores (ou não-comportamentais), ele permanece sempre aberto a rápidos desenvolvimentos – porém, *plus ça change, c'est toujours la même chose*. O seu aparato técnico, TA1 – funções de produção e de utilidade – e a derivação do equilíbrio ou algo dele derivado, a arquitetura técnica, TA2, são sacrossantos (Ver Al-Jazaeri, 2008, sobre essa terminologia no contexto da abordagem *mainstream* da mudança técnica). Porém, como – e para que fim – TA1 e TA2 (ou seja, TA²) têm sido usados, isto consiste em algo, ao menos em parte, extremamente variável e mutável. Encontra-se, em outras palavras, sujeito a modas (ver, sobre isso, também o paradoxo quinto abaixo). É minha impressão que isto é característico apenas dos últimos 50 anos. Pois, antes da revolução formalista dos anos 50, a qual colocou a disciplina, crescentemente, numa base axiomática, assentada em TA², havia limites estritos no escopo e na velocidade de mudança. Em parte isto ocorria porque TA² estava em processo de fixação na forma da teoria do equilíbrio geral e das condições de Slutsky-Hicks-Samuelson. A passagem da revolução marginalista à revolução formalista exigiu que o foco teórico se tornasse introspectivo, voltado para as condições que permitiam obter e fazer prevalecer os resultados técnicos. Ora, isto foi feito sem consideração dos custos em termo de supostos, métodos e relevância empírica.

Em adição, conforme foram sendo sancionados dentro da disciplina, esses esforços se configuraram – e assim foram vistos – apenas como uma pequena e especializada parte dela. Afinal, eles se voltavam somente para a obtenção, por dedução, de resultados a partir do exame

de uma parte diminuta do comportamento econômico individual dentro do mercado, ele próprio confinado à oferta e à demanda. Essa teorização se estabeleceu na presença contínua da velha economia institucional e paralelamente à emergência da macroeconomia keynesiana; cada uma dessas teorias tratava de questões cruciais do momento, versando sobre o comportamento corporativo, sobre o papel dos sindicatos e assim por diante, assim como sobre o mau-funcionamento sem precedentes da macroeconomia. A recém criada TA² tinha pouco ou nada a dizer sobre tudo isso que não pudesse ser dito sem ela (que o desemprego é alto porque os salários reais são altos). E, mesmo quando a TA² estava em desenvolvimento, se algum cuidado era tomado, até certo ponto, para levar em conta as qualificações ou limitações da microeconômica correspondente, era somente para subseqüentemente ignorá-las assim que postas em xeque.

Assim que a TA² se estabeleceu, a situação tornou-se diversa, especialmente depois das decepções com o keynesianismo nos anos 70 e da correspondente ascensão da economia novo-clássica; esta última permitiu a captura da macroeconomia pela microeconomia numa forma extremada (indivíduos representativos, mercado que funciona perfeitamente, expectativas racionais, etc.). A extensão de tais princípios tanto dentro da economia quanto para outras áreas aconteceu, de certo modo impensadamente, sem preocupação com a natureza do tópico, com a propriedade da metodologia, com os fundamentos indutivos e com a continuidade da tradição. Tem-se um exemplo na nova teoria do crescimento e outro na (nova) economia financeira. Há, ademais, áreas inteiras que caíram nessa síndrome, tais como a nova economia institucional, a nova história econômica, a nova geografia econômica, a nova economia do bem-estar e assim por diante. Aceito que nem todas as contribuições ao conhecimento, em sua forma pura, são culpadas de terem as deficiências acadêmicas que aponto. Na verdade, como vou argumentar, tornou-se endêmico nos desenvolvimentos recentes da teoria econômica buscar estendê-la para além dos estreitos limites da TA², mesmo que isto seja feito, obviamente, em termos paradoxais. Eu sustentaria, pois, a pertinência básica desse modo de pensar a adoção de tópicos de análise pelos economistas, com base na aplicação do método antes desenvolvido, em busca de alguma legitimidade, com os

mais diversos e diferentes propósitos (mas sem preocupação com os supostos que foram feitos, em primeiro lugar, para a obtenção da TA², os quais estão há muito tempo esquecidos).

Isto é bem ilustrado, em particular, pelo surgimento da neuroeconomia (ver o apêndice 1) e, mais genericamente, pelo advento da *freakonomics*, com a sua presunção de que há uma teoria econômica de (quase) tudo (Frank, 2008). Essas teorias, em conjunto, para usar aqui uma dialética crua, ilustram um notável processo de “suspensão”. Precisamente porque se tornou um conjunto de técnicas e métodos estatísticos de aplicabilidade universal, a teoria econômica veio a ser capaz de flutuar livre de suas origens e fundações, enquanto se mantém ligada irrevogavelmente a elas. Ela pode ir a qualquer lugar, sem nunca partir.

Isto vem a ser caracterizado e explicado por si mesmo por meio de três outros paradoxos. O quarto na lista aqui apresentada é aquele que Milonakis e Fine (2009), assim como Fine e Milonakis (2009), chamaram de lógica histórica do imperialismo da teoria econômica (ver abaixo). Tal como aí é indicado, a TA² foi estabelecida na passagem da revolução marginalista dos anos iniciados em 1870 à revolução formalista dos anos 50, por meio daquilo que pode ser chamado de uma implosão ao redor de um conjunto correspondente de supostos e métodos extremados (dedução axiomática, preferências bem comportadas, motivação única voltada para maximização de utilidade, etc.). Mas, o contexto intelectual então vigente estabelecia fortes barreiras entre a teoria econômica e as outras disciplinas; dentro dela, por sua vez, o aparato técnico estava mais ou menos confinado à descrição da oferta e da demanda de mercado. Assim foi a história. A lógica, porém, ditou outra coisa para os princípios, derivados inteiramente de modo histórico e de modo socialmente universal. O mesmo aconteceu com a definição de Robbins da ciência econômica como saber que trata da alocação de recursos escassos entre fins alternativos, a qual, na época em que foi proposta, não era tomada como representativa e, menos ainda, era aceita como tal. Deixaram de estar confinadas ao mercado (que se pense nas funções de produção e utilidade como aplicação geral a todas as esferas da vida e da sociedade). A revolução formalista e, assim, a prévia implosão da teoria econômica em torno da TA², permitiu, de modo subsequente, uma explosão de aplicações do esquema básico,

com ritmos e momentos próprios, sob a tensão paradoxal entre a lógica e a história a ser resolvida em favor de uma ou outra.

Como quinto paradoxo, descobre-se, então, que os métodos e as técnicas da teoria econômica *mainstream* tornaram-se dissociadas tanto de suas origens históricas quanto de seu próprio objeto. Em consequência, a teoria econômica passa a dispor de suas próprias técnicas arbitrariamente⁸, ainda que, igualmente, seja capaz de apreender e adicionar técnicas e métodos de outras áreas mais ou menos arbitrariamente, expandindo assim o espectro das aplicações da TA². Tudo isso vem a ser altamente capaz de produzir não apenas modas, mas modismos; eis que a chamada *freaknomics* vem oferecer a demonstração mais reveladora desse processo.⁹ Obviamente, não se sugere aqui que a teoria econômica possa começar sempre de novo todos os dias, com um conjunto original de técnicas, com alguma coisa em mãos e outras apenas potencialmente disponíveis, podendo embarcar em qualquer direção que escolha. A continuidade das tradições dentro da disciplina e os fatores intelectuais externos, assim como outros fatores, exercem uma influência sobre aquilo que é ofertado e o que pode ser aceito. Ademais, tal como foi indicado pelos paradoxos já delineados, a teoria econômica *mainstream* está pesadamente enraizada em seu passado; porém, para continuar na mesma metáfora, ela é capaz de adicionar enxertos no rumo de um crescimento superior em virtude da enorme variedade existente no potencial já estocado – ou em processo de criação – através de modificação genética.

Tudo isso origina um sexto paradoxo nas relações entre a teoria econômica e as outras ciências sociais – ou seja, naquelas atinentes ao seu imperialismo. Tal como argumentaram Fine e Milonakis (2009), a primeira fase deste último baseou-se numa simples extensão da maximização de utilidade à apreensão de fenômenos não tipicamente de mercado, encetada por meio da ponta de lança de Gary Becker, mas com limitado sucesso. Esta foi superada por uma segunda fase, consideravelmente mais influente e mais abrangente, na qual certos fenômenos *mercantis* e *extras mercantis* passaram a ser reduzidos a consequências das imperfeições de mercado. Inevitavelmente, à luz dos paradoxos acima apresentados, a direção e o impacto do imperialismo da teoria econômica, assim como os conteúdos particulares avançados,

mostram-se altamente desiguais dependendo da disciplina e do tópico. E isto ocorre de modo independente de um fator crucialmente importante, ou seja, de como vem a ser ele recebido nas outras disciplinas, dado que elas provavelmente têm métodos, tradições e percepções inteiramente diferentes e mesmo contrários. A menos de um fracasso desprezível, haveria aparentemente três possíveis resultados (os quais aparecem distintamente ou em combinação), oscilando entre a aceitação pelas disciplinas colonizadas (a cliometria, por exemplo), a existência paralela (a nova geografia econômica) e o confinamento dentro da teoria econômica (a nova economia do desenvolvimento, a qual, porém, exerce influência sobre estudos de desenvolvimento que dela diferem e são mais amplamente orientados). Observar isso é menos importante aqui do que enfatizar a extensão em que os paradoxos associados à teoria econômica – sua força institucional, mas fraqueza intelectual; a sua falaciosa pretensão de ser ciência rigorosa; as suas modas e modismos; a sua lógica histórica; assim como a sua ampla caixa de ferramentas própria para fazer qualquer trabalho – dá origem a um paradoxo final e conjunto: eis que essas fraquezas são passíveis de serem reforçadas, assim como mais amplamente expostas, quanto mais a teoria econômica se engaja no imperialismo.

Retorno da ciência social?

Quero enfatizar aqui que o imperialismo da teoria econômica não permaneceu sem contestação, pelo menos por aqueles que estiveram na alça de sua mira. Pois, duas características marcaram as ciências sociais nas últimas duas décadas. Uma delas é o recuo em relação ao pós-modernismo extremado – à preocupação com o subjetivo, o inventivo e com a autoconstrução e desconstrução do indivíduo, com o foco no significado e na interpretação do mundo em oposição – e mesmo em negação – de suas propriedades materiais. Nas primeiras décadas do neoliberalismo, o pós-modernismo teve uma existência em paralelo com a teoria econômica *mainstream*. Eles eram totalmente incompatíveis um com o outro. A teoria econômica acalentava o indivíduo otimizador com dadas preferências por determinados bens;

o pós-modernismo acariciava o subjetivo, o inventivo, mantendo preocupação com os significados. Congratulo-me com esse recuo em relação ao pós-modernismo extremado, não por causa de seu mais do que bem-vindo viés crítico, mas porque vem a ser necessário ligar tais esforços à realidade material do capitalismo contemporâneo.

Ademais, a segunda característica das ciências sociais nas últimas duas décadas é o recuo em relação ao neoliberalismo extremado – embora eu o veja propriamente como uma segunda fase do neoliberalismo e não como o seu fim. A primeira fase foi aquela em que o capital privado foi abertamente apoiado pelo Estado, liberado para circular no mundo, por meio de terapias de choque que, ainda que precedentes, foram bem além daquelas aconselhadas para a Europa oriental. Pretendeu-se expandir o capital privado em geral, assim como as finanças, tanto quanto possível sem preocupação com as conseqüências. A segunda fase do neoliberalismo tem visado ainda esse objetivo, tentando também responder às disfunções e desigualdades da primeira fase. Isso tem ocorrido por meio de intervenções tópicas e fragmentadas justificadas por imperfeições do mercado – porém, mais importante do que isso, a segunda fase, em particular, continua dando suporte à expansão do setor financeiro (eis que se tem, sem dúvidas, uma resposta neoliberal, aguda e pesada, à crise corrente).

A reação em si mesma contra o neoliberalismo extremado, assim como a definição de uma nova agenda, é bem ilustrada pelo crescimento de dois conceitos: globalização e capital social. A literatura sobre globalização – e mesmo a própria palavra – não existia antes de 1990. Ela proveio de uma idéia neoliberal: o Estado estava se enfraquecendo e isto era uma coisa boa. Subseqüentemente, a literatura acadêmica assumiu um ponto de vista diferente. Voltou a sua atenção para tratar o capitalismo contemporâneo como um sistema mundial; reconheceu a importância continuada do Estado; não negou a globalização, mas argumentou que ela era complexa e que apresentava uma diversidade de resultados aqui e acolá, no tempo, em vários aspectos. O crescimento da globalização como conceito acabou se tornando uma reação contra o neoliberalismo dentro das ciências sociais, pois passou a implicar a rejeição da noção original e o questionamento do enfraquecimento do Estado, assim como se isto seria de fato desejável. Afinal, o neoliberalismo

sempre defendeu as intervenções do Estado para promover os interesses do capital, especialmente a sua internacionalização (pondo as finanças numa posição destaque, nesse período).¹⁰

O igualmente meteórico crescimento do conceito de capital social foi bem menos positivo. Em uma pequena avaliação de suas deficiências devem ser incluídos os seguintes pontos: homogeneização de diferentes contextos, negligência do papel da economia e da política (a não ser a votação), sindicatos, Estado, poder e conflitos; gênero, raça e classe. Eis que escondeu as suas origens por meio da sociologia da escolha racional; idealizou a auto-ajuda que passou do indivíduo para o nível coletivo; não prestou atenção no global e nas elites; foi adotado pelo Banco Mundial como resposta simbólica às críticas de suas políticas sociais e econômicas.¹¹

O que se pode apreender examinando esses dois conceitos é que as respostas à situação corrente podem ser bem diversas entre si. Assim, as perspectivas da economia política são mais brilhantes quando se olha por meio da noção de globalização do que quando se contempla tudo pela via de uma noção como capital social. De qualquer modo, as perspectivas da economia política são extremamente mais brilhantes entre as ciências sociais do que propriamente na teoria econômica. Assim acontece em função da dualidade do recuo: do pós-modernismo e do neoliberalismo. Esses recuos representam um verdadeiro interesse na natureza do mundo em que se vive. Pois, observa-se nas ciências sociais que não a teoria econômica um desejo genuíno de entender a realidade do capitalismo contemporâneo. Para esse propósito, a teoria econômica *mainstream* oferece um apelo limitado; ele faz com que as suas deficiências fiquem cruelmente expostas.

De paradoxos a progresso?

Em suma, apenas da perspectiva do desenvolvimento intelectual, a discussão anterior sugere que a perspectiva da economia política, quando ela fica circunscrita ao interior da disciplina acadêmica Economia, permanece extremamente pobre ou, conforme certas opiniões adversárias, tem mesmo ficado cada vez mais pobre. Tampouco a luta

contra a teoria econômica enquanto disciplina, feita na perspectiva de uma economia política que se situa externamente a ela, que queira contribuir para a sua dissolução crítica e transformação, oferece perspectiva de avanço. Não significa que não seja, por outras razões, um exercício interessante se engajar numa crítica do *mainstream* – por exemplo, como um meio de atrair convertidos (ou, em primeiro lugar, para evitar a queda de alguns deles nessa corrente), ou ainda como um ponto de partida para o caminho de compreender a economia e a sua ideologia. Tudo isso é potencialmente, senão inevitavelmente, atividade de grande valor; eis que, na verdade, corre-se algum risco de que a possibilidade de treinamento, tanto para dominar quanto para escapar criticamente da ortodoxia, tenha se tornado extremamente circunscrita. Isto é parte – e consequência – da institucionalização da teoria econômica em torno do *mainstream*, primariamente de responsabilidade da americanização; em economia, esta é possivelmente mais influente do que em qualquer outra ciência social em virtude do seu peso e homogeneidade.¹²

Seriam os estímulos vindos de eventos externos fontes potenciais capazes de abrilhantar as perspectivas da economia política? A história oferece dois notáveis exemplos opostos – a ascensão do keynesianismo na esteira dos anos trinta e, em contraste completo, a vinda da economia novo-clássica como resposta à estagflação dos anos setenta. Como já se mencionou, tomando Chicago e suas espirituosas defesas como ponto de referência, a resposta corrente da ortodoxia à crise é fundamentalmente decepcionante; em especial quando se apela por mais realismo em termos de supostos (comportamentais) e de evidência empírica. Seria certamente muito surpreendente se, após a crise, não houvesse uma maior adesão ao keynesianismo e às abordagens que consideram as imperfeições do mercado aos níveis micro e macroeconômico. Porém, a relação com a economia política permanece tênue. A pessoa mais influente nesse aspecto, Joe Stiglitz, em virtude de seus papéis acadêmico e não-acadêmico, persiste em fechar a sua análise justamente no ponto em que deveria iniciá-la (e onde ela iria contraditar tudo o que veio antes).¹³ Em sua mensagem à *Eastern Economic Association*, ele advertiu: “Haverá batalhas políticas à frente. Os interesses especiais procurarão bloquear muitas das reformas. O futuro da nossa nação dependerá em não pouca medida dos resultados dessas batalhas” (Stiglitz, 2009, p. 281).

Isto convida a uma análise de interesse especial, de poder e conflito. Na verdade, Stiglitz crê “entender o incontido entusiasmo de tais interesses especiais pelos argumentos em favor da desregulação como promoção do lucro”. Porém, ele imediatamente continua: “eu não tenho tanta clareza sobre o que motivou tantos economistas” (Stiglitz, 2009, p. 293). O que é claro é aquilo que deveria permitir a compreensão deles, a saber, a atenção às “irracionalidades” e às “inconsistências intelectuais” – e ademais, a atenção “aos movimentos altamente correlacionados dos preços das residências”, “às distribuições de cauda gorda”, “às novas assimetrias de informação”, “aos incentivos perversos”, “aos bancos grandes demais para quebrarem”. Ora, tudo isso leva à conclusão de que “nosso sistema financeiro falhou em sua missão principal – que é a da alocação de capital e a da administração do risco” (Stiglitz, 2009, p. 294 e 296). O que leva também à conclusão de que “A esquerda agora compreende os mercados e o papel que os mercados devem e podem ter na economia... a nova esquerda está tentando fazer os mercados funcionarem (Stiglitz, 2008, p. 2). Ora, isto não é matéria da economia política, mas apenas está em seu ponto de partida. E, deve-se observar, o balanço da informação assimétrica dentro da teoria econômica está totalmente do lado dos economistas políticos, que devem comandar a ortodoxia e não ao contrário. Eis, porém, que o poder dentro da disciplina está totalmente do outro lado. Em resumo, os interesses e as ideologias não são matéria de informação assimétrica e de imperfeições de mercado tanto na economia quanto no interior da teoria econômica.

Por isso mesmo, as perspectivas da economia política apenas podem melhorar quando elas tiverem suporte de mudanças na natureza e no balanço dos interesses e das ideologias dentro da sociedade. O que é mais marcante do que a falha da crise em mudar a teoria econômica vem a ser a falha da teoria econômica em mudar a política. Pois, a mais simples das teorias das externalidades já seria suficiente para justificar uma extensa intervenção para tratar das mudanças climáticas. Eis que o ganhador do prêmio Nobel, Jim Mirrlees, pode concluir, depois de discursar sobre as virtudes da economia matemática em geral e da teoria do equilíbrio geral em particular, que “um conjunto imenso de títulos deveria ser eliminado” (Mirrlees, 2010). É certamente inconcebível

supor que isto possa vir a ocorrer como resultado de outra política que não aquela advinda por meio de uma enorme mudança conjunta tanto nas forças progressistas quanto em favor da economia política.

Não pode vir a ser nenhuma surpresa que, do meu próprio ponto de vista, os problemas de metodologia, de realismo e assim por diante, os quais assolam o *mainstream*, só podem ser adequadamente tratados, incorporando também as especificidades históricas do capitalismo, tomando a teoria do valor de Marx como ponto partida. Ora, mas isto deve ser enriquecido por meio do diálogo com outras abordagens e escolas de pensamento, com a evidência empírica e mesmo tomando o *mainstream* como ponto de partida. Pois é falso ver a relação entre a economia política e a teoria econômica (*mainstream*) por um visor unidimensional, o qual põe, para fins ilustrativos, a teoria do equilíbrio geral em um extremo (no chão) e o marxismo no extremo oposto (no céu). Também não é adequado ver a relação entre a economia política e a teoria econômica por um visor multidimensional, enxergando melhoras monotônicas à medida que se avança ao longo dos pólos separados segundo uma direção progressista que vá incorporando o real, o social, o histórico, etc. Pois, a relação entre essas dimensões é fluída, fraturada e evolvente tanto intelectualmente quanto em relação ao mundo real – ao ativismo, às ideologias e aos debates políticos. Isso torna impossível definir dicotomias simples entre economia política e economia *mainstream*, pois os limites entre as duas são borrados, mesmo se uma enorme massa amorfa de concepções ortodoxas está definitivamente no lado errado das fronteiras estabelecidas. Mas, pelo mesmo motivo, há uma abundância de concepções heterodoxas que, pelo menos em princípio, atravessa a fronteira para se localizar no lado oposto da ortodoxia. Eis que é tão extenso o potencial até mesmo para desvios que se afiguram como marginais, mas que são bem destrutivos. Isto sugere a necessidade de que exista uma unidade de propósitos no criticar o *mainstream* e na busca por alternativas. Pois, se há um posicionamento tão contraproducente quanto aquele do economista *mainstream*, este vem a ser aquele do economista que sabe que ele ou ela está certo e que todo mundo está errado. Então, que se deixem aqueles economistas comprometidos com a economia política aprender uns dos outros por meio do fogo amigo em vez de perecer por meio dele.

Conectando a teoria econômica ao cérebro ou de *Livre para escolher...* a “respostas motoras à química do cérebro”¹⁴

Os problemas do *mainstream* não implicam necessariamente em que mais espaço se abra para a economia política dentro da disciplina. Na verdade, o contrário parece ocorrer, pois a ortodoxia ocupa tradicionalmente um terreno mais favorável e mais favorecido do que aquele tomado pela heterodoxia. Esse julgamento, porém, é controvertido tanto em substância quanto estrategicamente. Alguns, liderados com energia por David Colander, argumentam que os paradoxos apontados por mim não apenas sinalizam o advento de uma revolução, mas também a abertura de um caminho para que a heterodoxia exerça influência sobre os rumos da teoria econômica; como a ortodoxia está sendo invadida pelos regatos que se encontram em suas margens, a heterodoxia, no primeiro instante, pode se envolver com a teoria ortodoxa em seus próprios termos, mas, ao fim, poderá influenciá-la para que esta se transforme. Suspeito que isto seja irrealista e que se trate de *wishful thinking*, embora seja possível encontrar suporte para essa visão por meio de evidência empírica sobre o que está acontecendo no núcleo da disciplina e em seu entorno. Na verdade, parece que esse modo de *wishful thinking* confunde aquilo que foi antes classificado como “suspensão” da teoria econômica, a partir de seu núcleo, com uma revolução nela própria ou em seu entorno.

Ofereço aqui a neuroeconomia como um exemplo sumário. Ela, que pode ser interpretada como parte da economia comportamental, tem sido tomada, mais do que qualquer outro desenvolvimento, como um indicativo do fenecimento da teoria econômica *mainstream*.¹⁵ Observe-se, primeiro, como o seu rápido desenvolvimento se tornou proeminente. Eis como McCabe (2008, p. 348) nota isso:

Enquanto este ensaio estava sendo escrito, a *Society for Neuroeconomics*, realizou um encontro em Nova Iorque, para anunciar a

publicação próxima do *Handbook of Neuroeconomics*. Apesar do campo da neuroeconomia ter apenas 10 anos, a conferência atraiu mais de 600 pessoas.

Esse ensaio é um dos dezesseis publicados em um número especial da *Economics and Philosophy* (vol. 24 (3), 2008), dedicado ao debate sobre a significância no novo campo. A ele se seguiu um número especial do *Journal of Economic Methodology* (vol. 17 (2), 2010), como 11 artigos, como o mesmo objetivo. Ora, pode-se julgar que ambas essas revistas se encontram na fronteira da heterodoxia com a ortodoxia e até mesmo no interior da primeira delas. Elas revelam pendor pela economia política? Na busca de uma resposta, usei um recurso simples, talvez cru demais: procurei nos textos desses artigos se aí se empregavam alguns conceitos-chaves de economia política. O termo “capital*” não aparece de nenhum modo na revista JEM.¹⁶ Aparece na revista E&P apenas algumas vezes. A maioria das referências diz respeito, em tom de escárnio, à aplicação da teoria econômica neoclássica à produção da própria neuroeconomia – eis que o custo da obtenção de evidência experimental mediante uso de equipamento de escaneamento do cérebro é muito alto. Veja-se o que Harrison (2008, p. 338) disse sobre isso:¹⁷

Da perspectiva do economista, a literatura em neuroeconomia, por meio de um fascínio ruborizado com os brinquedos da neuroeconomia, parece ter empregado uma função de produção com uma combinação subótima de capital humano e de capital físico.

De modo diverso, as referências ao termo “capital” nas contribuições afiguram-se inteiramente ortodoxas, pois aderem à teoria do capital humano ao empregarem o termo “capital cerebral” (Schipper, 2008, p. 512). Schipper faz isso acrescentando a seguinte surpreendente afirmação: “penso que temos uma teoria muito boa e que explica o capital humano e os diferenciais compensatórios de salário nas comparações entre pessoas” (idem, p. 308). Ora, ele diz isso sem considerar quaisquer aspectos da determinação social da desigualdade de remunerações tais como raça, gênero, etc.

O “trabalho” também não é tratado mais favoravelmente nas contribuições, pois, dificilmente nelas aparece [como trabalho social].

Aparece seja como trabalho do neurocientista¹⁸ ou, numa fantástica demonstração de fetichismo, como “trabalho” do próprio cérebro, de tal modo que a sua atividade (estímulo à ação) vem a ser entendida, por exemplo, como “trabalho cognitivo”.¹⁹ Assim, para Guala e Hodgson:

A divisão do trabalho entre a amígdala (região límbica do cérebro integrada ao circuito da dopamina) e o córtex órbito-frontal é importante para a interpretação de Damásio do “jogo de Iowa” (*Iowa Gambling Task*), um experimento de tomada de decisão que constitui a fonte principal da hipótese do fazer somático (*somatic marker hypothesis ou SMH*) (Guala e Hodgson, 2010, p. 152, ênfase adicionada).

“Lucro” é outra notável ausência nessas peças acadêmicas. Surge aí, tal como anteriormente, por meio de considerações sobre a própria lucratividade da neuroeconomia, uma atividade cara em si mesma. Ocasionalmente, porém, se questiona nessa literatura se o lucro vem a ser o único motivo do comportamento econômico. “Finanç*” figura aí predominantemente como questão de escolha individual, mas somente para se referir à disponibilidade e uso de fundos de pesquisa dentro da neuroeconomia.²⁰

A meta da investigação aqui relatada – antecipável e amplamente confirmado pela leitura das referidas contribuições –, era demonstrar quão limitada vem a ser a referência da neuroeconomia aos conceitos mais usuais economia política, quanto ela permanece ligada à ortodoxia – mesmo quando se examina os textos daqueles que são críticos desse novo campo. Desapontando as expectativas de pluralismo, isto é observado em revistas, pelo menos em princípio, mais favoráveis à heterodoxia em virtude de seu compromisso com metodologia e filosofia. Obviamente, quando esses números apareceram, a crise econômica já havia estalado. Mesmo assim, termos como “recessão”, “crise” e – este já seria muito surpreendente – “depressão” não aparecem nunca nos mencionados artigos. Nota-se, porém, um caso em que o *mainstream* procura descobrir os segredos da economia capitalista por meio do escaneamento do cérebro. Wilcox, mesmo que seja só visando a questão em termos cognitivos, observa que a “história do crescimento econômico é aquela de uma crescente marginalização dos cérebros

individuais e uma crescente centralidade da cognição socialmente distribuída” (Wilcox, 2008, p. 524). E, assim, ele fecha o seu artigo:

Penso que teoria econômica neoclássica não considera certas questões econômicas bem importantes... E eu estou começando a duvidar que os mais importantes tipos de cognição econômica ocorrem somente em máquinas que apenas revelam os seus segredos para instrumentos médicos. Isto é uma crítica à obsessão muito geral com a cognição individual – e a neuroeconomia é justamente uma manifestação deste tipo (Wilcox, 2008, p. 531).

Considere-se a tese de que a neuroeconomia apresenta potencial para ser um reduto da economia política dentro do *mainstream*. Tudo aquilo que foi aqui apresentado refuta e condena aqueles que a defendem, mas que estão, no entanto, preparados para “ver a teoria econômica neoclássica como uma parte necessária de uma ciência cognitiva completa e rigorosa”.

APÊNDICE 2

Hipóteses precedentes²¹

Hipótese 1: A teoria econômica NÃO é matematicamente – e muito menos conceitualmente – rigorosa, pois ignora as suas próprias conseqüências quando estas se mostram inaceitáveis.

Hipótese 2: A teoria econômica progride estabelecendo limites somente para ignorá-los subsequente no processo de progredir mais.

Hipótese 3: Tudo bem, as funções de utilidade e produção governam, são sacrossantas e inquestionáveis frente a quaisquer outros elementos, supostos, conceituações ou métodos que venham a ser incorporados.

Hipótese 4: O fundamento primeiro da Revolução Formalista consiste em orientar tecnicamente para que se sacrifique tudo o mais a fim de obter implicações dedutivas do comportamento otimizador.

Hipótese 5: Antes da Revolução Formalista, a racionalidade econômica era apenas um elemento da teoria econômica, confinado a

um particular aspecto do comportamento individual, no contexto da demanda e oferta de mercado.

Hipótese 6: A ascensão da racionalidade econômica reforçou inicialmente a separação da teoria econômica enquanto disciplina das outras ciências sociais.

Hipótese 7: A racionalidade econômica ultrapassou o seu escopo limitado de aplicação após a Revolução Formalista.

Hipótese 8: A resistência a expandir o escopo da racionalidade econômica foi forte inicialmente...

Hipótese 9: ... afetando o conteúdo e a duração temporal do formalismo.

Hipótese 10: Ao longo do tempo, as limitações da racionalidade econômica se tornam menos esclarecidas e menos reconhecidas, sendo então mais rapidamente e completamente descartadas.

Hipótese 11: A teorização orientada pela informação (imperfeições de mercado) faz triunfar a abordagem econômica (mercado perfeito) na promoção do imperialismo da teoria econômica.

Hipótese 12: O impacto do imperialismo da teoria econômica, assim como o de suas aplicações, é diversificado e está aberto; está crescentemente associado com conteúdos mais ou menos arbitrários, por tópicos e princípios.

Tradução: *Eleutério F. S. Prado*

Revisão: *Frederico J. Katz*

Abstract

The paper suggests that the prospects for "political economy" are really uncertain. In the first section after the introduction, it discusses how political economy has become detached from economics in such a way and to such an extent that there are no prospects for it to prosper within or in relation to it. This is illustrated in the first appendix by reference to the rise of neuroeconomics. The closing section suggests that the revival of political economy is contingent upon revival of progressive forces successfully pressing for alternative policies and, ultimately, transformed social relations.

Keywords: political economy; economic theory, Marxism; neuroeconomics; economics imperialism.

Referências

- Al-Jazaeri, H. – *Interrogating Technical Change through the History of Economic Thought in the Context of Latecomers' Industrial Development: The Case of the South Korean Microelectronics, Auto and Steel Industries*. Londres: University of London, unpublished Phd Thesis, 2008.
- Alonso, R., I. Brocas and J. Carrillo – Resource Allocation in the Brain. In: *CEPR Discussion Paper*, nº 8408, 2011. Endereço eletrônico: <http://www.cepr.org/pubs/new-dps/dplist.asp?dpno=8408.asp>.
- Camerer, C. – The Potential of Neuroeconomics. In: *Economics and Philosophy*, vol. 24 (3), 2008, p. 369-79.
- Davidson, P. – Securitization, liquidity and market failure. In: *Challenge*, vol. 51, nº 3, 2008, p. 43-56. Endereço eletrônico: <http://econ.bus.utk.edu/faculty/davidson/securitizationprice%20talk10.pdf>
- Deraniyagala, S. and B. Fine – New Trade Theory versus Old Trade Policy: A Continuing Enigma. In: *Cambridge Journal of Economics*, vol. 25, nº 6, 2001, p. 809-25.
- Fine, Ben – *Social Capital versus Social Theory: Political Economy and Social Science at the Turn of the Millennium*. Londres: Routledge, 2001.
- _____ – The Historical Logic of Economics Imperialism and Meeting the Challenges of Contemporary Orthodoxy: Or Twelve Hypotheses on Economics, and What Is to Be Done. In: EAEPE Conference. Porto: novembro de 2007. Endereço eletrônico: <http://eprints.soas.ac.uk/5620/>
- _____ – *Theories of Social Capital: Researchers Behaving Badly*. Londres: Pluto Press, 2010a.
- _____ – Beyond the Tragedy of the Commons. In: *Perspectives on Politics*, vol. 8 (2), 2010b, p. 583-86.
- _____ – The General Impossibility of Neoclassical Economics. In: *Ensayos Revista de Economía*, vol. XXX (1), 2011, 1-22.
- Fine, B. and D. Hall – Terrains of Neoliberalism: Constraints and Opportunities for Alternative Models of Service Deliver. In: McDonald, D. A. e G. Ruiters (eds) – *Alternatives to privatization: public options for essential services in the global south*. Londres: Routledge, 2011.
- Fine, B. e Saad-Filho, Alfredo - *Marx's Capital: Fifth Edition*. London: Pluto Press, 2010.

- Fine, B. and D. Milonakis – *From Economics Imperialism to Freakonomics: The Shifting Boundaries between Economics and Other Social Sciences*. Londres: Routledge, 2009.
- Frank, R. – *The Economic Naturalist: Why Economics Explains Almost Everything*, London: Virgin, 2008.
- Fridell, G. – Joseph Stiglitz: The Citizen-Bureaucrat and the Limits of Legitimate Dissent. In: *New Political Science*, vol. 33 (2), 2011, p.169-188.
- Guala, F. and T. Hodgson – The Philosopher in the Scanner (Or: How Can Neuroscience Contribute to Social Philosophy?). In: *Journal of Economic Methodology*, vol. 17 (2), 2010, p.147-57.
- Hands, D. – Economics, Psychology and the History of Consumer Choice Theory. In: *Cambridge Journal of Economics*, vol. 34 (4), 2010, 633-48.
- Harrison, G. – Neuroeconomics: A Critical Reconsideration. In: *Economics and Philosophy*, vol. 24 (3), 2008, p. 303-44. Endereço eletrônico: <http://ineteconomics.org/initiatives/conferences/kings-college/proceedings>
- Lee, F. – Heterodox Economics and Its Critics. In: *EAEPE Conference*, Bordeaux, 28-30 outubro de 2010.
- Levitt, S. and S. Dubner – *Freakonomics: A Rogue Economist Studies Explores the Hidden Side of Everything*. London: Penguin, 2006.
- McCabe, K. – Neuroeconomics and the Economic Sciences. In: *Economics and Philosophy*, vol. 24 (3), 2008, p. 345-68.
- McDonald, D. and G. Ruiters (eds) – *Alternatives to Privatization: Exploring Non-Commercial Service Delivery Options in the Global South*. Londres: Routledge, 2011. Endereço eletrônico: <http://www.municipalservicesproject.org/>.
- Milonakis, D. and B. Fine – *From Political Economy to Economics: Method, the Social and the Historical in the Evolution of Economic Theory*. Londres: Routledge, 2009.
- Mirrlees, J. – Mathematics and Real Economics. In: INET Inaugural Conference at King's College, Cambridge, April 8-11, the Institute for New Economic Thinking, video, 2010. Endereço eletrônico: <http://ineteconomics.org/initiatives/conferences/kings-college/proceedings>
- Ortmann, A. – Prospecting Neuroeconomics. In: *Economics and Philosophy*, vol. 24 (3), 2008, p. 431-48.

- Schiffman, D. – Mainstream Economics, Heterodoxy and Academic Exclusion: A Review Essay. In: *European Journal of Political Economy*, vol. 20 (4), 2004, p. 1079–1095.
- Schipper, B. – On an Evolutionary Foundation of Neuroeconomics. In: *Economics and Philosophy*, vol. 24 (3), 2008, p. 495–513.
- Stiglitz, J. – Turn Left for Sustainable Growth. In: *The Economists' Voice*, vol. 5 (4) 2008, p. 1-2. Endereço eletrônico: <http://www.bepress.com/ev/vol5/iss4/art6>.
- _____ – The Current Economic Crisis and Lessons for Economic Theory. In: *Eastern Economic Journal*, vol. 35 (3), 2009, p. 281–96.
- Wilcox, N. – Against Simplicity and Cognitive Individualism. In: *Economics and Philosophy*, vol. 24 (3), 2008, p. 523–32.

Notas

¹ Este texto está baseado num artigo revisto e em uma apresentação na Primeira Conferência Internacional da Iniciativa Internacional para a Promoção da Economia Política (*First International Conference of the International Initiative for Promoting Political Economy*, IIPPE. Creta, setembro de 2010: *Beyond the Crisis*. Endereço eletrônico: http://www.iippe.org/wiki/First_International_Conference_in_Political_Economy. Para ficar por dentro de discussões adicionais sobre as posições aqui tomadas, assim como sobre certos conceitos importantes, tais como globalização, neoliberalismo, financialização, imperialismo econômico, etc. procurar as referências listadas em <http://www.soaş.ac.uk/staff/staff30940.php>. Esse artigo foi publicado em inglês numa edição especial baseada na conferência promovida pelo *International Journal of Management Concepts and Philosophy*. Contudo, ele apareceu primeiro em francês sob o título *Quelles Perspectives pour l'Économie Politique?* In: *ContreTemps*, nº 20, novembro de 2010. Endereço eletrônico: <http://www.contretemps.eu/interventions/quelles-perspectives-leconomie-politique>.

² Tal como o infame (segundo muitos) ex-secretário do tesouro norte-americano, economista chefe do Banco Mundial, e reitor de Harvard, Larry Summers, descreveu a hipótese de mercados eficientes, tem-se: “Suas funções sociais principais são difundir o risco, guiar os investimentos do capital escasso, processar e disseminar a informação possuída pelos diversos operadores de mercado... os preços sempre refletem valores fundamentais... A lógica dos mercados eficientes é convincente.” (apud Davidson, 2008).

³ Ver <http://www.newyorker.com/online/blogs/johncassidy/2010/01/interview-with-richard-posner.html>.

⁴ Ver <http://www.newyorker.com/online/blogs/johncassidy/chicago-interviews/>.

⁵ Não incluo a “economia política” *mainstream* dentro de minha definição de economia política. Tem o mesmo nome, mas não vem a ser nada mais do que aplicação da teoria econômica *mainstream* – em geral, mas não exclusivamente, da teoria da escolha racional – à política. Isto é, não se trata de fato de economia política, a qual entendo ser, de um ponto de metodológico, análise do sistema econômico (historicamente reconhecido como capitalista), por quaisquer meios e com qualquer foco.

⁶ Eles se derivam de hipóteses, aqui reproduzidas com revisões no apêndice 2, as quais foram apresentadas por Fine em outro artigo (2007).

⁷ Sobre isto, Schiffman (2004, p. 1091) escreveu: “é possível obter um PhD em economia sem jamais ter ouvido falar da tese da irrelevância dos supostos de Friedman, da controvérsia marginalista, do problema de agregação da demanda, das controvérsias de Cambridge sobre o capital, das dúvidas concernentes à relevância dos retornos constantes de escala, das curvas de custo médio em forma de U, ou ainda das questões referentes à relevância da análise de IS-LM”.

⁸ Daí a piada sobre economista que o vê como uma criança munida de um novo martelo de brinquedo, com o qual acerta em tudo no caminho, como se tudo fosse um prego; ou sobre o economista que procura uma chave perdida sob a luz da rua, mesmo se não a perdeu lá, sob o fundamento de que é somente nesse lugar que consegue ver.

⁹ Ver o livro de Levitt e Dubner (2006); ver um recurso de mídia: <http://www.freakonomics.com>.

¹⁰ Ver o capítulo final do livro *Marx's 'Capital: fifth edition*, escrito em co-autoria com Alfredo Saad-Filho (2010).

¹¹ Ver Fine (2001 e 2010a). Claramente, o trabalho de Bourdieu oferece algo que figura como uma espécie de exceção, mas ele tem sido ignorado ou neutralizado no grosso da literatura sobre capital social (e tem as suas próprias deficiências).

¹² Essa influência vem do comando do *mainstream*, do declínio de sua heterodoxia interna e da apropriação da heterodoxia pela ortodoxia, tanto institucional quanto intelectualmente. O papel de Chicago não pode ser exagerado (Fine, 2010b, p. 585); um indicador disso vem a ser o seguinte: “No sítio da Universidade de Chicago, mencionam-se conexões com 25 dos 64 laureados com o Prêmio Nobel de economia – em comparação, por exemplo, com três em literatura e dezesseis em química, notando-se adicionalmente que esses dois últimos ocorreram num período de 108 e não de 40 anos. Ver: <http://www.Uchicago.edu/about/accolades/nobel>. No item “paz” há apenas uma única conexão, justamente para Barack Obama! No interior desse critério de avaliação, é bem sabido que Ostrom foi a primeira mulher a receber o prêmio; 60 por cento dos laureados originaram-se dos Estados Unidos; somente quatro nasceram ou se naturalizaram fora dos Estados Unidos (Arthur Lewis, Leonid Kantorovich, Amartya Sen e Robert Mundell); notem-se as implicações correspondentes na questão da composição racial. Ver Wikipedia.”

¹³ Para uma crítica de Stiglitz como intelectual público ver Fridell (2011).

¹⁴ Conforme Hands: “Milton e Rose Friedman deram o título de *Livre para escolher (Free do choose)* ao seu livro popular de 1990; não o denominaram de ‘respostas motoras à química do cérebro’ ou de ‘respostas condicionadas no mercado’” (Hands, 2010, p. 644).

¹⁵ Observe-se que a neuroeconomia tem duas grandes abordagens. Uma delas, reconhecendo que o cálculo racional requerido pelo indivíduo otimizador não é nem o primeiro nem o mais rápido apelo ao cérebro, permite que outras motivações comportamentais coexistam com a racionalidade tradicional. A outra, mais leal à suas origens, não confronta a neurociência, pois sugere que o aspecto racional irá ainda prevalecer desde que sejam consideradas as limitações do próprio cérebro. Ou seja, admite que o indivíduo otimizador aceita o seu próprio cérebro como uma restrição que deve ser levada em conta!

¹⁶ A pesquisa investigou o tema “capital”. O * indica que a pesquisa cobriu também [termos derivados tais como] capitalismo, etc.

¹⁷ Há também uma referência ao alto custo de entrada na pesquisa (Harrison, 2008, p. 338); há, ademais, uma referência à “aquisição de capital humano e de tempo de escaneamento”

(Ortmann, 2008, p. 442). O “fascínio ruborizado” poderia sugerir que as ferramentas da neuroeconomia pudessem ser usadas no exame do próprio neuroeconomista; essa auto-reflexão sobre as profundas origens das idéias, porém, está notavelmente ausente [nesses estudos]. McCabe sugere que essa ausência se deve a uma fascinação duradoura com o cérebro cujo funcionamento interno pode agora ser examinado (McCabe, 2008, p. 348).

¹⁸ Harrison revela os atalhos seguidos para ir do escaneamento à interpretação: “VBM [ou seja, uma técnica que é chamada, em inglês, de Voxel-Based Morphometry] é indubitavelmente um arcabouço poderoso que elimina com sucesso a necessidade de um trabalho intensivo e especializado de segmentação [do problema], substituindo-o correntemente por um problema complicado de interpretação e de validação, o qual reduz significativamente a sua eficácia” (Harrison, 2008, p. 313).

¹⁹ Isto tem sido agora levado aos seus extremos por meio do tratamento do cérebro como um sistema de equilíbrio geral, em que uma espécie de leiloeiro walrasiano aloca recursos a diferentes áreas do cérebro de acordo com a sua importância e necessidade de funcionamento! Ver sobre isso Alonso et alii (2011).

²⁰ Marx aparece duas vezes nos textos selecionados. Uma delas tem por objetivo advertir sobre deturpações: “Devemos ser cuidadosos aqui, pois a história do pensamento econômico nos ensina que Keynes não era keynesiano; sabe-se mesmo que Marx informou aos seus próprios seguidores que “ce qu’il y a de certain c’est que moi, je ne suis pas Marxiste” [Se alguma coisa é certa, é que eu mesmo não sou um marxista]. Ver http://www.marxists.org/archive/marx/works/1882/letters/82_11_02.htm. A outra aparece para apontar o lugar de Marx na *American Economic Association* (AEA) (Camerer, 2008, p. 378): “simplesmente porque a um artigo faltam os detalhes técnicos... isto não condena o campo como um todo. O fato de que os economistas marxistas possam entrar AEA e participar de seu encontro anual não significa que toda a profissão de economista possa ser criticada por “seu” marxismo.

²¹ Como já havia sido mencionado antes, em nota de rodapé, as hipóteses aqui relacionadas expandem levemente aquilo que foi antes apresentado por Fine, por meio de uma elaboração extensa e bem justificada (Fine, 2007).